

DOI: 10.20911/21799024v14n1p45/2023

A autoridade epistêmica nos moldes de Zagzebski produz uma forma de injustiça epistêmica?

Vinícius Schoenell dos Santos ¹

Resumo: De acordo com as considerações sobre a autoridade epistêmica de *Linda Zagzebski* (2012), faz parte do processo de troca epistêmica o elemento da preemptividade, apresentado inicialmente por *Joseph Raz* (1986). Caso essa tese for levada em conta, parece haver casos onde há uma condição nesse tipo de relação de autoridade epistêmica que produz um tipo de injustiça epistêmica testemunhal, no que tange a um prejuízo sofrido pelo proponente da troca que possui menor crédito epistêmico, ou seja, o agente que não é a autoridade (leigo). Nesse trabalho se procura apresentar a maneira com que essa injustiça epistêmica testemunhal se apresenta e ilustrar, com exemplos, casos em que a injustiça testemunhal se manifesta nesse tipo de relação.

Palavras-chave: Autoridade Epistêmica; Injustiça Epistêmica; Injustiça Testemunhal; Preemptividade.

Abstract: According to Linda Zagzebski's (2012) considerations on epistemic authority, the element of preemptiveness, initially presented by Joseph Raz (1986), is part of the process of epistemic exchange. If this thesis is taken into account, there seem to be cases where there is a condition in this type of epistemic authority relationship that produces a type of testimonial epistemic injustice, with regard to a loss suffered by the proponent of the exchange who has less epistemic credit, that is, the agent who is not the authority (lay). This work

¹ Licenciado em Filosofia - Unisinos (2015-2022); Mestrando em Filosofia na mesma Universidade. Email: bep.vss@hotmail.com.

seeks to present the way in which this testimonial epistemic injustice is produced and illustrate, with examples, cases where testimonial injustice manifests itself in this type of relationship.

Keywords: Epistemic Authority; Epistemic Injustice; Testimonial Injustice; Preemptivity.

Introdução

Linda Zagzebski, em sua obra *Epistemic authority: A theory of trust, authority, and autonomy in belief* (2012), procurou definir o que é uma autoridade epistêmica e quais são suas bases e seus operadores, apresentando sua tese baseada em certos conceitos específicos apropriados da obra *The morality of freedom* (1986), de Joseph Raz. Em meu trabalho de conclusão, intitulado *Autoridade epistêmica: Uma crítica ao conceito de preemptividade* (2022), procurei apresentar a ideia de que um desses conceitos de Raz apropriados pela autora, a tese da preemptividade, que basicamente aponta uma condição daquele que ouve determinada diretiva a substituir as suas razões sobre algo pelas razões do falante, tendo a justificativa na crença de que o status epistêmico daquele que fez as declarações é superior ao daquele que ouve, ou seja, do leigo, parece não funcionar adequadamente no campo epistêmico, de fato, como a autora apresenta em seu texto. Um dos motivos que parecem mostrar a inconsistência desse mecanismo no campo epistêmico é, primeiramente, o fato de que Raz estava se referindo ao campo jurisdicional quando pensou em sua tese da preemptividade: suas justificativas estavam amparadas em uma relação de autoridade legal ou jurídica (RAZ, 1988, p. 61-62), e não em uma relação de autoridade epistêmica. Outro ponto que parece apontar certa inconsistência na tese de Zagzebski (Wright, 2016, p. 555-570) é que a preemptividade também é epistemicamente viciosa, uma vez que pode acabar levando a um problema no desenvolvimento das virtudes epistêmicas.

Jäger apresenta o que ele chama de “*the problem of unhinging proper bases*” (o problema de desequilibrar base apropriadas), onde aponta que há certas situações em que o ouvinte terá a mesma crença *X* que a autoridade epistêmica e que, logo, não haveria sentido em haver preemptivamente uma substituição das razões por parte do ouvinte, em relação as razões do falante (JÄGER, 2016, p. 173).

Neste artigo, procurarei apresentar um elemento a mais para corroborar com a ideia de inconsistência da tese de Zagzebski sobre autoridade epistêmica amparada no conceito de preemptividade, me apropriando do conceito de injustiça epistêmica de *Miranda Fricker* (2007), mais especificamente de injustiça testemunhal, com a finalidade de abordar a ideia de que a preemptividade usada como um elemento central nas relações de autoridade epistêmica pode produzir um tipo de injustiça epistêmica, no mínimo *ex ante*, ao resultado da troca testemunhal.

1. A injustiça epistêmica de Fricker

As relações de autoridade epistêmica, segundo Linda Zagzebski, são perpassadas pelo elemento da preemptividade, que tornaria as razões da autoridade suficientes para que o indivíduo leigo as apreenda e substitua as próprias crenças pelas crenças da autoridade. Se assumirmos que a preemptividade é real dentro das relações de autoridade epistêmica, então podemos assumir também que há um elemento que compele um leigo a abdicar das próprias crenças em detrimento da aceitação e apreensão das crenças de uma autoridade epistêmica.

Miranda Fricker, em sua obra *Epistemic Injustice: Power and the ethics of knowing* (2007) define injustiças epistêmicas como um tipo de dano que prejudica a participação de um indivíduo, ou de um grupo, na produção, manutenção e na disseminação do conhecimento (FRICKER, 2007, p. 1-8). Esse tipo de injustiça, para ela, se dá a partir da atribuição de estereótipos negativos aos indivíduos e está dividido em duas formas centrais: a) injustiça testemunhal e b) injustiça hermenêutica. A injustiça testemunhal é uma forma de injustiça que se dá principalmente quando o ouvinte descredibiliza ou reduz o nível de credibilidade do relato (ou discurso) daquele que fala (justamente utilizando os estereótipos como um operador de julgamento); enquanto a injustiça hermenêutica ocorre quando, em um estágio anterior, há uma falta nos recursos de interpretação coletiva, e que coloca alguém em desvantagem quando determinado conceito passa a tomar sentido socialmente. Neste trabalho será apropriado o conceito de Fricker acerca da injustiça testemunhal, a fim de investigar como esse tipo de injustiça aparece nas relações de autoridade epistêmica.

2. A injustiça testemunhal na relação de autoridade epistêmica

Uma relação de autoridade epistêmica, segundo o modelo proposto por Zagzebski, pode ser definida como um tipo de autoridade que se deriva e se consolida em torno de faculdades epistêmicas, que garantem a um indivíduo que possui mais conhecimento, ou um conhecimento de maior peso, em relação a outro indivíduo que é leigo no tema, uma posição de maior confiabilidade às suas crenças (ZAGZEBSKI, 2012, p. 92).

A autoconfiança, princípio este que Zagzebski apresenta como parte do processo interno do indivíduo na formação de crenças, estaria implicada na relação de autoridade epistêmica, uma vez que o indivíduo está em uma condição de avaliar as suas próprias crenças o tempo todo e, se o que ele avalia das próprias crenças se mostra, em alguma instância, válido, é razoável que o indivíduo venha a confiar mais em suas próprias crenças do que nas crenças de outrem. Entretanto, julgar desse modo pode induzir a certos equívocos, pois se pode sistematicamente julgar que próprias crenças possuem autoridade epistêmica sobre as crenças alheias simplesmente porque são "minhas". Contudo, todas as nossas crenças dependem de evidências extraídas também daquilo que outros acreditam ou nos informam, pois não formamos crenças "do zero", e depende-

mos de informações alheias as nossas próprias para construirmos algum tipo de conhecimento. Assim, há situações em que o indivíduo possui alguma razão *prima facie* para confiar em crenças que são externas a ele.

Dessa forma, existe um tipo de razão *prima facie* para que o indivíduo acredite que uma determinada crença externa a ele é verdadeira, sem exigir que tal crença dependa de evidências diretas ou em primeira pessoa para que ele possa aceitá-la (LEGAL INFORMATION INSTITUTE, 1992), ou seja, existe “uma justificação que se tem pura e simplesmente considerando as evidências que a fornecem ou o modo de formação de crenças que a faz emergir” (FETT, 2022, p. 25).

Para que seja possível formar crenças, é necessário que haja uma interação com um “outro”, que é capaz de produzir crenças válidas, da mesma maneira que o indivíduo é capaz de formar. Para Zagzebski se o indivíduo é capaz de acreditar em suas próprias razões e crenças, pois acredita que consegue chegar a um melhor raciocínio e a uma melhor conclusão sobre o tema, então não há o porquê pensar que outro não seja também capaz de chegar a boas conclusões e, conseguinte, não há razão para que o outro se mostre epistemicamente menos confiável que o próprio indivíduo (ZAGZEBSKI, 2012, p. 51).

Quando um indivíduo está em uma troca testemunhal com outro, ou seja, dialoga com outro, ele está implicado que há uma relação de legitimidade *a priori* entre ambas as falas dos proponentes da conversa. Quando um desses proponentes, entretanto, é alguém epistemicamente mais capacitado, ou seja, é alguém que possui maior conhecimento e mais evidências sobre determinado assunto (uma autoridade; um expert), pode-se concluir que há uma relação de desnivelamento entre os graus de conhecimentos dos dois sujeitos. Essa circunstância em que um dos indivíduos possui maior conhecimento sobre algo, enquanto o outro é leigo ou conhece menos o assunto, pode ser definida como uma relação de autoridade epistêmica.

A relação de autoridade epistêmica então, quando pressupõe que há um desnivelamento entre os conhecimentos dos indivíduos envolvidos na troca testemunhal, parece poder produzir, *per se*, em determinados casos, um elemento orgânico de injustiça epistêmica. Se pensarmos em injustiça testemunhal como no modelo apresentado por Fricker, de que há uma descredibilização ou um deflacionamento da credibilidade do relato daquele que fala, é possível que também pensemos que um desnivelamento de posições epistêmicas possa também ser considerado um desdobramento ou uma consequência desse tipo de injustiça.

Dotson vai afirmar que a injustiça epistêmica é um tipo de injustiça sofrida por um agente epistêmico na sua plena capacidade de adquirir, disseminar ou fazer a manutenção do conhecimento e viola sua capacidade de pertencer a comunidade epistêmica (DOTSON, 2012, p. 24 apud SANTOS, 2018, p. 204). Quando falamos da troca testemunhal em uma relação de autoridade epistêmica, principalmente nos modelos de Zagzebski com o conceito de preemptividade, é possível que se pressuponha que há, de fato, um tipo de injustiça epistêmica “reconfigurada” ou, pelo menos, com sua estrutura clássica modificada. Fricker

irá atribuir a capacidade de gerar esse tipo de injustiça ao agente que escuta, em uma troca testemunhal (FRICKER, 2007, p. 16-17). O proponente da fala é o sujeito que está à mercê de ser descredibilizado pelo julgamento do ouvinte e, logo, é a vítima da injustiça testemunhal.

Santos afirma que, “assim, uma injustiça testemunhal seria uma maneira de comprometer o potencial de sujeitos enquanto agentes epistêmicos e sua contribuição para as tarefas epistêmicas cotidianas” (SANTOS, 2018, p. 210).

O ponto que se pode observar é de que, quando em uma relação de autoridade epistêmica, a vítima da injustiça parece trocar de lugar com aquele que comete a injustiça, uma vez que nas relações de autoridade epistêmica, o sujeito que não é a autoridade (o leigo ou o ouvinte) é quem está sujeito a ter sua capacidade de disseminação ou de contribuição para o desenvolvimento da comunidade epistêmica prejudicada, uma vez que necessita, preemptivamente, abandonar suas crenças em detrimento das crenças da autoridade.

Vejamos alguns casos que podem melhor exemplificar casos em que a autoridade epistêmica parece gerar, juntamente, uma injustiça epistêmica com uma nova configuração, que se difere do modelo de Fricker e casos similares onde não se tem, como resultado, uma injustiça epistêmica, de fato:

Peguemos de exemplo um caso fictício de troca testemunhal entre um médico e um paciente. Quando um ouvinte, nesse caso o médico, escuta o relato do paciente, esse ouvinte deve aceitar as razões expressas por esse paciente, a fim de melhor concluir um diagnóstico para o problema. Assim, o médico (M) escuta o paciente (P) e, a partir do testemunho de P , M busca produzir as melhores razões para que P , quando estiver na posição de ouvinte e M de falante, apreenda suas razões e as execute da melhor maneira possível, no caso, realizando o tratamento ou a indicação proposta por M .

O testemunho de P é, de certa forma, influenciado pelo status epistêmico de M . Vejamos:

P chega no consultório e alega sentir uma fome constante e percebe um aumento no próprio peso. P pode ou não desconfiar que possui algo.

Então $X1 = P$ acredita que está doente e possui determinada doença; $X2 = P$ não tem ideia do que pode ter, mas acredita estar doente; $X2.1 = P$ acredita que está doente, mas acredita estar com hipotireoidismo; $X3 = P$ não acredita estar doente, mas está; $X4 = P$ não acredita estar doente e de fato não está.

Suponhamos que M , como autoridade na área, pode levantar duas hipóteses: 1º = P possui diabetes; 2º = P possui hipotireoidismo.

Vamos aos cenários.

Cenário $X1$:

P está com diabetes e, como já acreditava nisso, fez seu testemunho a M , que lhe replicou que com a confirmação de que ele estava com diabetes e que o tratamento para tal doença é Z . A crença de P foi confirmada por M . Não haveria razões suficientes para que seja feita uma substituição de crenças preemptiva-

mente (como afirmou Jäger em *Epistemic Authority, Preemptive Reasons, and Understanding*, 2016, p. 182).

Logo, *a*) se não há necessidade de se substituir as crenças, a tese da pre-emptividade não se aplica a todos os casos de autoridade epistêmica; *b*) se é necessário, mesmo assim, fazer uma substituição de crenças preemptivamente, mesmo que as crenças de ambos sejam a mesma, então o fator preemptivo parece produzir uma injustiça testemunhal mais branda, uma vez que o leigo deveria abandonar a crença *Y* sobre algo, para substituir pela mesma crença *X* de uma autoridade epistêmica, descredibilizando suas razões epistêmicas em detrimento dessas mesmas razões, porém oriundas de uma fonte com determinado grau de "expertise", minimamente com mais credibilidade ou com um maior status epistêmico de autoridade.

Cenário X2:

P está com diabetes e, como já acreditava estar doente, mas não sabia do que poderia estar acometido, fez seu testemunho a *M*, que lhe replicou que ele estava com diabetes e que o tratamento é *Y*. A crença de *P* é confirmada, em alguma instância por *M*. Entretanto, *P* tem razões preemptivas, agora, para substituir sua crença pela crença de *M*, ou pelo menos algum elemento dela. *P* aceita o testemunho de *M* baseado em seu status epistêmico de autoridade na área, abrindo mão de sua própria crença em detrimento da crença de *M*. Por ter de abrir mão de sua própria crença (achar que está doente, mas sem saber qual doença tem) para substituir pela crença de *M* (estar doente e estar com diabetes), *P* não parece ser vítima de uma injustiça testemunhal, pois, embora a crença de *P* seja quase igual a crença de *M*, ou no mínimo conter elementos extremamente similares, ainda existiam elementos que diferenciavam as duas crenças. Se *P* assume que sua crença é menos acurada do que a crença de *M*, e *M* assume que a crença de *P* é menos acurada que sua própria, poderia parecer que uma forma de injustiça testemunhal se dá no fato de que o status de autoridade de *M* o coloca em uma posição de descredibilizar a crença de *P* automaticamente (descredibilizar não em um sentido pejorativo ou ofensivo, mas no sentido de este possuir melhores razões para defender que sua crença está melhor fundamentada) para que sua crença seja credibilizada por *P*. Ou seja, para que *P* tenha certa credibilidade para com *M*, *P* deve abandonar sua crença e incorporar a crença de *M*, o que aparenta ser uma forma de injustiça. Entretanto, isso não parece suficiente para assumirmos que que isso é de fato uma injustiça, pois o status epistêmico não sofre, de fato, alterações relevantes, nesse caso, e, então, pode-se assumir que aqui se tem um caso de desvantagem epistêmica (entre os conhecimentos epistêmicos dos dois proponentes), mas não uma injustiça.

Cenário X2.1:

P acredita estar doente e que desenvolveu hipotireoidismo, mas *M* avalia que ele está, na verdade, com diabetes. Novamente *P* substitui suas crenças preemptivamente pelas crenças de *M*, o que, como no cenário X2, não gera uma injustiça testemunhal pois, embora *P* tende a descredibilizar a própria crença em detrimento a crença fornecida por *M*, que possui um status de autoridade e que, desta forma, teria melhores razões para achar que a própria crença é melhor

que a crença de *P*, é possível que *P* apreenda essa crença sem sofrer nem um tipo de perda ou dano epistêmico, necessariamente. Nesses casos, a injustiça testemunhal parece ser oriunda desse elemento preemptivo que compele *P* a aceitar que suas crenças não são as melhores e as descartar, substituindo-as pelas crenças de *M*, privando *P* de poder acreditar dentro do campo da comunidade epistêmica, mesmo que erroneamente no que imaginava ser a crença verdadeira desde o princípio. Assim, não há, de fato injustiça epistêmica. Há, nesse caso, uma anulação de crença, que não gera nenhum tipo de prejuízo, desvantagem ou injustiça epistêmica, tendo como efeito justamente o oposto, sendo a consequência um benefício epistêmico, uma vez que, com um elemento de justificação derrotado por um melhor, ou mais bem fundamentado.

Cenário X3:

P não acredita estar doente, mas *M* avalia que este está doente e acometido de diabetes. Neste cenário, a crença de *P* está totalmente errada, em contraste com a crença de *M*. Se *M*, na troca testemunhal, fornecer razões suficientes para que *P* substitua sua crença que (a partir da avaliação feita pela expertise de *M*) está errada, *P* pode substituir suas crenças sem que haja uma injustiça testemunhal, pois este possuiria, neste caso, razões boas o suficiente para perceber que as suas próprias razões estão em contradição com as razões da autoridade, e que *P* descarte uma crença que seria consensualmente, entre ambas as figuras dessa relação de troca epistêmica, errada, e que seria melhor que não fosse usada no campo de partilha epistêmica coletiva. Entretanto, sem o fornecimento dessas razões, poderia se configurar mais um cenário de injustiça epistêmica, uma vez que a própria autoridade de *M* seria, *per se*, razão suficiente para que *P* acredite que o testemunho da autoridade seja melhor ou mais correto que o seu simplesmente baseado no status epistêmico de *M*, e não em razões suficientes para que *P* substitua uma crença falsa por uma verdadeira. Assim, a injustiça epistêmica só seria possível se no campo da aceitação preemptiva das razões de *M*, baseado em seu status de autoridade, *M* privasse *P* de decidir por si, a partir de certas razões, de se *P* prefere, ou não, abdicar de determinada crença que a autoridade acredita ser errada, em prol de *P* optar por não querer acreditar nessa determinada crença e não querer que essa crença faça parte da sua contribuição para a comunidade epistêmica.

Cenário X4:

P não acredita estar doente e, a partir da avaliação de *M*, é relatado que ele de fato não está. Esse caso se assemelha ao cenário X1, uma vez que *P* não acreditando estar doente e *M* confirmando que de fato *P* não possui nenhuma doença, não há motivos para que *P* substitua sua crença pelas crenças de *M*, uma vez que ambos possuem a mesma crença *Y* sobre algo. Neste cenário, há uma falsa ideia de injustiça epistêmica, que se dá no fato que *P*, preemptivamente, aceita as razões de *M* baseado em seu status epistêmico. Seu testemunho, embora não tenha sido descredibilizado ou sofrido prejuízos, é sujeito a ter seu valor diminuído quando em contraste com o testemunho de *M*, uma vez que este tem um maior status epistêmico e, conseqüentemente, uma maior credibilidade de suas razões. Embora se assemelhe com X1, neste caso, como a justificação

de *M* é, devido ao seu caráter de expert, provavelmente mais confiável, mesmo que a conclusão final de *P* e *M* seja a mesma (*P* não está doente) não há um prejuízo, de fato, na crença em si, pois, dada a conclusão que nega o predicado do sujeito, que por si só era a crença do próprio sujeito, as justificações do expert não tem tanta importância, uma vez que apenas corroboram com a exata negação do predicado, exatamente como era a crença original de *P*. Se *P* aceitar preemptivamente as justificações de *M*, no fim das contas, não há diferença significativa na produção do conhecimento ou prejuízos diretos relacionados às faculdades epistêmicas de *P*.

Nos cinco cenários apresentados, a Injustiça epistêmica se dá em *X1*, quando *P* está sempre em desvantagem epistêmica quando em relação a *M*, e essa vantagem coloca *P* em uma posição de apreender as crenças de *M* de uma forma quase que impositiva a sua própria capacidade de avaliar se determinadas razões são suficientes para que este abandone sua crença inicial, mesmo que seja a mesma que a de *M*, e que abra mão de sua crença em detrimento de aceitar certas razões, simplesmente pelo status de *M*.

Um pouco diferente do que apresenta Fricker, a injustiça epistêmica testemunhal, nesses casos, não é de uma ordem opressiva, e sim de uma espécie de prejuízo sistemático epistêmico que se produz quando em relações de autoridade epistêmica, uma vez que a posição do leigo epistemicamente em relação ao expert, sempre vai colocá-lo em uma posição de menor credibilidade em relação as razões do expert.

Entretanto, ainda sim é possível que o expert (o médico) também seja vítima de injustiça testemunhal em moldes similares. Nos cenários acima, *P* ocupava, primeiramente a posição de falante e *M* de ouvinte, para que, em seguida, as posições se invertessem e *P* ocupasse a posição de ouvinte e *M* de falante.

Ex.: O paciente chega no consultório com seu relato e o médico escuta. Depois de ouvir todo o testemunho, o médico avalia o caso e, então, comunica ao paciente as suas conclusões.

Quando, neste segundo momento o médico está no lugar de falante e o paciente no lugar de ouvinte, *P* pode também gerar uma injustiça testemunhal contra o médico, mas de uma ordem diferente.

Quando o médico infere suas observações ao paciente, este está na posição de aceitá-las (a partir de razões ou simplesmente preemptivamente) ou de não as aceitar. Quando o caso é de que o paciente não as aceita, a injustiça epistêmica pode se dar aos moldes mais clássicos como os apresentados por Fricker, onde há um descrédito no testemunho do falante pelo ouvinte, o que poderia até gerar algum tipo de prejuízo mais objetivo para o falante (gerar dúvidas acerca de suas capacidades, inseguranças etc.), mas isso parece mais improvável, dado a todo o processo de validação do status de *M*.

Desta forma, o ponto é de que as relações de autoridade epistêmica, nos modelos de Zagzebski, podem, em certos casos, produzir uma variação do tipo de injustiça epistêmica testemunhal, uma vez que dependem de uma aceitação preemptiva das razões da autoridade, causando sempre uma diminuição na cre-

dibilidade do testemunho do leigo em relação as razões providas da autoridade epistêmica do expert, mas, também, podem produzir prejuízos de outra ordem, como psíquica e social.

Também é importante pontuar que Zagzebski compreende que tomar determinada razão preemptivamente *per se* não justifica a crença na autoridade. A justificação viria, justamente, de capacidade dos indivíduos de reconhecer e assumir uma certa posição de superioridade epistêmica nesses agentes intitulados autoridades, o que permite que o sujeito reconheça esse desnivelamento entre as razões próprias e as da figura da autoridade, podendo, assim, responder de maneira racional a necessidade epistêmica do agente de receber informações externas para poder atribuir a suas próprias crenças (ZAGZEBSKI, 2012, p. 92).

Considerações finais

Se a tese sobre autoridade epistêmica proposta por Linda Zagzebski, que considera o elemento da preemptividade como um elemento do processo de justificação para apreender as razões da autoridade, for considerada na sua totalidade como verdadeira, então as relações de autoridade epistêmica podem gerar um desdobramento, ou uma forma "reconfigurada" da injustiça epistêmica testemunhal, uma vez que a própria ideia em si de autoridade já é motivo suficiente para que se haja um desnivelamento entre as razões e, consequentemente, haja um prejuízo aquele que está submetido a autoridade no campo epistêmico, e que o elemento da preemptividade sempre colocará o agente que está submetido a autoridade em uma posição de menor credibilidade epistêmica quando em relação a seu testemunho e sua posição, dado que este agente estará submetido a apreender as razões da autoridade e substituir as suas próprias razões por elas.

Uma possível alternativa para que não haja alguma injustiça de natureza epistêmica neste caso da relação de autoridade é pensar um tipo de autoridade epistêmica que não envolva o elemento da preemptividade, sendo um tipo de relação que não justifique as razões de determinada crença simplesmente na ideia de que a autoridade é alguém epistemicamente superior a mim em relação a determinada crença ou assunto, e que isso é uma razão que pode me levar preemptivamente a substituir a crença X de um indivíduo pela crença Y de uma autoridade epistêmica.

Referências

FETT, João Rizzio Vicente. Anuladores. In *Compêndio de epistemologia* (org. Oliveira, R. E, et al), Porto Alegre, p. 23-31, 2009.

FRICKER, Miranda. *Epistemic Injustice: the Power and the ethics of knowing*. New York: Oxford University Press, 2007.

JÄGER, Christoph. Epistemic Authority, Preemptive Reasons, and Understanding. *Episteme*, Cambridge, vol. 13, 2016.

PRIMA FACIE. Legal Information Institute, Cornell U Law School, 1992. Disponível em <https://www.law.cornell.edu/wex/prima_facie>. Acesso em 17/5/2022.

RAZ, Joseph. *The Morality of Freedom*. New York: Oxford University Press, p. 61-62, 1988.

SANTOS, Breno Ricardo Guimarães. Opressões epistêmicas. In José Leonardo Annunziato Ruivo (ed.), *Proceedings of the Brazilian Research Group in Epistemology*. Porto Alegre, RS, Brazil: p. 201-226, 2018.

WRIGHT, Sarah. Epistemic Authority, Epistemic Preemption, and the Intellectual Virtues. *Episteme*, Cambridge, vol. 13, nº 4, p. 555-570, dez. 2016.

ZAGZEBSKI, Linda. *Epistemic Authority: A Theory of Trust, Authority and Autonomy in Belief*. New York: Oxford University Press, 2012.